



ASPECTOS E DIMENSÕES SOBRE A HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA DA MISTIÇAGEM NO BRASIL - 1990/2017

Ana Maria de Souza e Silva¹(IC)*, Fernando Lobo Lemes² (PQ)

anasouza.hist@gmail.com

^{1,2} Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas de Anápolis.

Resumo: A historiografia aborda a temática da mestiçagem há décadas e cada vez mais ampliam-se os debates. Inicialmente houve amplo consenso à proposta de Gilberto Freyre, conhecida como Democracia Racial, que foi amplamente difundida pelos intelectuais. Mas Charles Ralph Boxer vai de encontro às ideias tão difundidas pela historiografia, apontando que a mestiçagem não ocorreu ao acaso, a partir de uma tendência portuguesa à miscigenação. Boxer abre novos caminhos para a historiografia e influencia várias pesquisas que se voltam à corroborar ou confrontar o resultados do seu trabalho. Ambas as correntes estão no meio acadêmico como propulsoras de novas pesquisas. O presente trabalho buscou analisar de que maneira a atual historiografia entende o processo de mestiçagem dentro do processo colonizador português, ressaltando de que maneira essa miscigenação se deu e como os miscigenados eram tratados no projeto colonial. A conclusão foi favorável às ideias defendidas por Boxer, onde a miscigenação não se deu por uma tendência portuguesa, mas como um dispositivo de poder que organizava os papéis de cada grupo dentro da sociedade colonial portuguesa.

Palavras-chave: Historiografia. Mestiçagem. Projeto de Colonização.

Introdução

O fenômeno da mestiçagem é bastante difundido na historiografia, principalmente quando se baseia no termo cunhado por Gilberto Freyre, que explica esse elemento da história brasileira a partir de uma tendência dos portugueses à miscibilidade. Freyre tratou a miscigenação como processo natural, explicando o processo de colonização da América portuguesa através da "democracia racial". Essa ideia de que os portugueses eram povos que hipoteticamente tendiam e



estavam propensos à miscigenar-se foi, por muito tempo, amplamente aceita no campo científico e também no imaginário popular.

Entretanto, novas análises foram sendo elaboradas, colocando a miscigenação como um fator biológico, mas também cultural e social, do qual os portugueses aproveitaram-se, tornando seus objetivos de exploração do Novo Mundo um projeto melhor executado. Exemplo disso é "Charles Ralph Boxer [que] combateu veementemente a concepção freyreana de 'democracia racial' aplicada à América portuguesa" (PRECIOSO, 2008, p.326).

Boxer foi um

brasilianista inglês, que amparou seus estudos em aspectos institucionais e ideológicos da antiga sociedade portuguesa, examinando os estatutos portugueses de 'limpeza de sangue' entre os séculos XVI e XVIII e o ponto de vista dos letrados portugueses do Antigo Regime acerca da população de cor (PRECIOSO, 2008, p.326).

Essa tendência dos portugueses à miscigenação é questionada nos estudos de Boxer, já que ele apresenta os portugueses como os povos mais racistas da época. Sendo assim, sua pesquisa tornou-se antagônica à de Gilberto Freyre e ambos influenciaram diversos trabalhos sobre essa temática.

Levando em consideração as conclusões de Boxer, os portugueses seriam incapazes de executarem sozinhos a empresa colonial, integrando então outros povos ao projeto de exploração econômica da América. De fato, a expansão do Império português e de seus estatutos jurídicos e, sobretudo, o enraizamento dos povos nos territórios coloniais, teve como pressuposto a incorporação contínua de novas formas de relações sociais, tais como a escravidão e, como desdobramento dela, a mestiçagem. Neste aspecto, os grupos mestiços encontraram, estrategicamente, um lugar social adequado no mundo colonial lusitano.

A partir do antagonismo existente entre a concepção de mestiçagem de Gilberto Freyre e de Charles Boxer, o presente trabalho teve intenção de realizar um levantamento bibliográfico que dê uma visão ampla sobre como essas duas possibilidades estão presentes na historiografia e de como os autores que estudam mestiçagem apresentam esse processo ocorrido na América portuguesa.



Material e Métodos

A metodologia utilizada está associada aos recursos oferecidos pela pesquisa bibliográfica, para ampliar e dominar o conhecimento disponível, visando compreender melhor o tema estudado. Esta foi realizada em nível exploratório, buscando obter familiaridade sobre assunto e oferecendo informações mais precisas para a investigação.

A análise bibliográfica buscou compreender como os diferentes autores contribuíram, a partir de suas interpretações, para a discussão teórica sobre a mestiçagem no Brasil.

Resultados e Discussão

Os autores aqui analisados buscaram a partir do tema miscigenação ampliar o debate sobre a formação da nação brasileira e de que maneira os estudos sobre esse tema foram se ampliando e modificando com o passar dos anos. Cada um à sua maneira expõe uma consciência em maior ou menor grau da utilização da mestiçagem como dispositivo de poder.

No texto *O Espetáculo da Miscigenação* (1994), Lilia Schwarcz analisa as contradições existentes nos estudos sobre a miscigenação, já que havia uma complexidade no que se pretendia alcançar a partir dessas análises. Segundo Schwarcz, ao mesmo tempo em que se via uma originalidade nessa mestiçagem brasileira também havia um receio sobre o futuro da nação, já que as teorias raciais que vinham sendo aplicadas sugeriam que uma nação mestiça estaria fadada à degeneração.

Os diferentes ambientes de estudo propunham uma análise da realidade brasileira que mantivesse as hierarquias sociais, mas que também pudesse utilizar tal originalidade em favor dessa nação que tanto se almejava, ou seja:

Falar da adoção das teorias raciais no Brasil implica refletir sobre um modelo que incorporou o que serviu e esqueceu o que não se ajustava. Ou melhor dizendo, procurou nessas teorias justificativas para expulsar a *parte gangrenada* da população, sem deixar de garantir que o futuro seria *branco e ocidental* (SCHWARCZ, 1994, p. 147).

REALIZAÇÃO





Uma análise historiográfica muito semelhante com a ideia apontada por Schwarcz foi realizada por Ronaldo Vainfas em *Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira* (1999). Vainfas realiza um panorama sobre autores e obras que tratam sobre o tema da miscigenação e de como suas análises contribuíram tanto para novos estudos, quanto para as relações existentes no cotidiano da população brasileira.

Vainfas analisa desde Varnhagem até Hebe Mattos, expondo as diferenças entre as abordagens de cada autor e suas contribuições para o debate historiográfico. Também deixa claro sua maior preocupação sobre essas discussões, que era a de que tantas vertentes de análise gerassem uma compartimentação e que essa, por sua vez, ocultaria "queira-se ou não, a miscigenação étnica, racial ou cultural que caracteriza nossa formação histórica" (VAINFAS, 1999, p. 11).

Havia uma preocupação por parte das elites em organizar essa miscigenação de acordo com seus interesses, já que era preciso limitar o acesso de escravos forros e libertos miscigenados, restringindo uma possível mobilidade social. Mariana Bracks Fonseca e Eduardo França Paiva realizaram um estudo sobre esse tema intitulado "Identidade étnica africana - escravidão e liberdade em Minas Gerais, Século XVIII" (2010). Os autores apontam como era importante registrar os mestiços, pois "em diferentes tipos de documentos, as autoridades coloniais e os sujeitos individuais registram a 'cor' da população, sempre que se referem a um escravo ou a um forro" (FONSECA; PAIVA, 2010, p.39).

Ainda nesse trabalho os autores esclarecem o perigo do antagonismo ao analisar as possibilidades de ascensão social dos forros, já que muitos obtinham escravos não somente para facilitar a sobrevivência. Apesar de parecer contraditório esse era o meio de trabalho existente, e "ter escravos era sinal de riqueza, conferia respeito e aceitação no meio social" (FONSECA; PAIVA, 2010, p.41).

Mas ainda assim não eram todos que conseguiam ter escravos, Fonseca e Paiva esclarecem que apesar de não ser privilégio dos mais ricos, a grande maioria dos forros se endividavam ao tentar comprar escravos, já que essa era uma das poucas possibilidades de ascensão social no século XVIII.



Apesar da população brasileira ser em sua maioria mestiça, as elites buscavam camuflar suas origens e utilizar a mestiçagem como justificativa para a manutenção das hierarquias sociais. Eduardo França Paiva em *A plebe negra. Forros nas Minas Gerais no século XVIII* (1999) e Márcio de Sousa Soares em *Pretos e Pardos na fronteira do Império: hierarquias e mobilidade social de libertos na Capitania de Goiás (século XVIII)*, (2011), expõem a consciência dessas elites sobre a contribuição dos forros para a sustentação de seus poderes.

Paiva, ao analisar testamentos de forros conclui que havia possibilidade de ascensão social, mas que essa era limitada pois "[...] a mestiçagem biológica e cultural entre brancos e negros contribuía muito para que o universo dos forros viesse a ser visto pela elite branca como ameaça direta à sua hegemonia"(PAIVA, 1999, p.68).

Soares aborda a participação dos pretos e pardos nos exércitos, e de como a ascensão militar era limitada à eles, tendo em vista que essa geraria também uma ascensão social. O autor deixa claro que essas fronteiras foram se tornando "borradas", já que:

Embora no horizonte das elites locais figurasse o ideal de fazer valer as interdições derivadas dos estatutos de limpeza de sangue, o intenso jogo político e a acentuada mestiçagem da população goiana forçavam a redefinição das fronteiras hierárquicas (SOARES, 2011, p. 11).

Ambos os autores contribuem para o debate historiográfico sobre a mestiçagem como dispositivo de poder a partir dessa mobilidade social controlada pelas elites, sendo esta concessão limitada aos grupos sociais, um reforço dos poderes locais.

Essa consciência das elites não se dava apenas no controle das fronteiras sociais, mas também no próprio tráfico negreiro, como Paiva nos relata em *Bateias, carumbés, tabuleiros: Mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo* (2002). Neste texto Paiva analisa um tráfico de escravos que atendia à demanda da Colônia, sendo os Negros Mina os mais requisitados, já que estes possuíam conhecimento sobre mineração.



Há para além da preocupação com a demanda existente nas minas coloniais uma possibilidade de miscigenação que ultrapassa a ideia de "raça", ou seja, uma miscigenação voltada somente para a ideia positivista de "mistura" biológica, pois:

Entre um lado e outro do Atlântico Sul, os Mina mediam culturas e fomentaram, junto com outros povos habitantes da América Portuguesa, mestiçagem cultural, nas dimensões e particularidades mais diversas desse fenômeno. Claro que não se trata de uma transposição literal de conhecimentos e de práticas de um ambiente para o outro. Houve, evidentemente, muitas adaptações, resignificações e apuração técnica também. E é aí que hibridações e impermeabilidades culturais se compuseram, surgindo de arranjos específicos, moldados na dinâmica da sociedade colonial brasileira e, mais especificamente, da sociedade mineira. (PAIVA, 2012, p. 4)

Houve então uma consciência dos colonizadores sobre que tipo de escravo deveriam ser trazidos para o trabalho realizado na colônia, mas ainda que houvesse uma limitação sobre o lugar ocupado pelos escravos, a organização social que foi se estabelecendo tornou-se específica da América portuguesa.

Ana Paula Cabral Tostes realizou uma pesquisa sobre como essa mobilidade social era organizada e sobre essa especificidade da América portuguesa em Um olhar social sobre o século XVIII: os significados da categoria pardo numa sociedade de Antigo Regime (2010). Essa análise confere centralidade e importância às autoridades políticas e econômicas do Rio de Janeiro, que para ela:

Assim como outras áreas de conquista, criou e recriou de maneira dinâmica as lógicas do Antigo Regime português que dariam origem a sua organização. [...] um modelo de sociedade caracterizado, fundamentalmente, pela sua organização sob hierarquias rígidas, nas quais cada indivíduo ocupa um lugar definido desde o nascimento e, a partir disso, tem conhecimento dos seus deveres, direitos e prerrogativas. Essa estratificação social está, por sua vez, garantida pela 'letra da lei', determinando estatutos jurídicos diferenciados (TOSTES, 2010, p. 2)

A autora nos apresenta como essa organização social era limitada, ou seja, apesar de haver uma ideia de que essa miscigenação ocorria naturalmente, o controle dos mestiços era realizado a partir de um processo consciente das elites, tendo em vista que:

Como produto de uma rede de alianças e reciprocidades, a mobilidade social percebida como possível dentro dessa sociedade não é entendida como algo que comprometa a ordem social, mas, antes de tudo, mantenedora dela. Na medida em que, o entrelaçamento, ou cruzamento, das hierarquias características do Antigo Regime com as hierarquias baseadas na escravidão produzem novos atores sociais, este mesmo

sistema deve criar mecanismos para se auto-sustentar (TOSTES, 2010, p. 6).

Paiva (2002) e Tostes (2010) apresentam como a organização social, econômica e cultural na colônia portuguesa foi específica, resultado de um processo colonial que teve propósitos bem delimitados. A partir da "utilização" consciente de diferentes grupos étnicos foi necessário delimitar as mobilidades sociais desses vários grupos e dos seus descendentes.

Em *Os pardos forros e livres em Vila Rica: sociabilidade confrarial e busca por reconhecimento social (c.1746 - c.1800)*, Daniel Precioso relata esses limites existentes para os mestiços porque:

[...] as autoridades locais e metropolitanas estigmatizavam indissociavelmente africanos, mulatos e bastardos - independentemente da condição civil -, os indivíduos livres e libertos de ascendência africana esforçavam-se para suplantar a fria exclusão social que lhes recaía. A mobilidade social de ex-escravos e de seus descendentes ocorria, porém, em termos percentuais, era provavelmente muito restrita face ao contingente total de indivíduos considerados juridicamente livres, mas marcados pela mancha indelével da escravidão. Mesmo os indivíduos livres de ascendência africana distantes em até quatro gerações da experiência do cativeiro viam-se proibidos de ocupar assentos no *Senado da Câmara* das vilas coloniais (PRECIOSO, 2008, p.326)

A partir de todas essas análises podemos perceber toda a complexidade da nação brasileira, e de como essas especificidades exigem novas formas de olhar o processo colonial. Kalina Vanderlei Silva, em *O barroco mestiço: sistema de valores da sociedade açucareira da América portuguesa nos séculos XVII e XVIII* (2005), ao compreender essas peculiaridades, concluindo que "dentro do universo cultural dessa sociedade coexistiam e se interconectavam diferentes sistemas de valores, cada um com uma lógica própria" (SILVA, 2005, p. 3), propõe um conceito que ampliaria as possíveis análises e contribuiria para uma melhor compreensão dessa complexa formação.

O "Barroco Mestiço" então, é apresentado como:

uma ferramenta para a análise e descrição detalhada dos variados aspectos do universo cultural da sociedade açucareira, esperando que ele nos sirva de instrumento para o exame das instituições culturais e grupos sociais atuantes nas vilas canavieiras da América portuguesa (SILVA, 2005, p. 15).

Considerações Finais



Tais obras corroboram com a ideia de que houve consciência no processo de colonização, onde os diferentes grupos possuíam um lugar determinado para estar, e onde as possíveis mobilidades sociais atendiam mais às elites e à manutenção de seus poderes do que aos que buscavam por essa ascensão.

Em maior ou menor grau foi essa consciência que moldou a formação da sociedade brasileira e estabeleceu as ordens sociais aqui existentes. Há uma sociedade específica da América portuguesa, que precisou adaptar-se à realidade que estava sendo construída. Cada autor aqui analisado contribuiu para a ampliação do debate historiográfico sobre mestiçagem e acabam se interconectando de alguma forma.

Todas as obras historiográficas que foram expostas tratam, em sua maioria, sobre os meios de ascensão social dos forros e pardos. O estigma que foi criado sobre as "pessoas de cor" limitavam não só o local social ocupado pelos mestiços mas também como uma mobilidade social limitada poderia ocorrer, a partir de atividades econômicas específicas.

Mas essa limitação da mobilidade social não se deu apenas no campo político e econômico,

ela também se legitima no plano que se pode chamar de não oficial. Esse tipo de legitimidade se assenta num imaginário social que se constituiu a partir de uma concepção naturalizada da sociedade e as fontes desse direito não oficial seriam os costumes, as posturas e os privilégios locais (MONTEIRO, 1998, p. 316 apud TOSTES, 2010, p. 2).

Houve a construção de uma consciência coletiva que delimitava o lugar que deveria ser ocupado por cada integrante da sociedade, e termos como "negro", "pardo", "mulato" e outros, serviram como reforço do papel que cabia à cada um. Esse "estigma" legitima a concepção de mestiçagem proposta por Boxer, corroborando com a ideia de que os portugueses tiveram intenções específicas para cada grupo étnico que compôs a sociedade colonial.

O presente trabalho buscou apresentar análises historiográficas que vão desde o conceito de mestiçagem e de como ele foi se modificando até a maneira com que os mestiços viviam e buscavam ascender socialmente, para que haja uma ampliação na visão sobre o processo de mestiçagem no Brasil. Buscou ampliar os



horizontes das discussões existentes sobre o tema, abrindo caminhos para que novas pesquisas sejam realizadas.

Agradecimentos

Agradeço à CNPq pela oportunidade de ser Bolsista de Iniciação Científica e Tecnológica nesse projeto. Agradeço ao idealizador desse projeto Fernando Lobo Lemes pela dedicação durante esse ano em que trabalhamos juntos.

Referências

FONSECA, Mariana Bracks; PAIVA, Eduardo França. Identidade Étnica Africana-Escravidão e Liberdade em Minas Gerais, Século XVIII. **Iniciação Científica Cesumar**, v. 12, n. 1, p. 39-51, 2010.

FRANÇA PAIVA, Eduardo. A plebe negra. Forros nas Minas Gerais no século XVIII. *Caravelle* (1988-), p. 65-92, 2005.

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. **O trabalho mestiço**, p. 187-207, 2002.

PRECIOSO, Daniel. Os pardos forros e livres em Vila Rica: Sociabilidade Confrarial e busca por reconhecimentos social (C. 1746-C. 1800) DOI10. 5216/o. v8i11. 9367. **OPSIS**, v. 8, n. 11, p. 318-340, 2008.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos avançados**, v. 8, n. 20, p. 137-152, 1994.

SILVA, Kalina Vanderlei. O barroco mestiço: sistema de valores da sociedade açucareira da América Portuguesa nos séculos XVII e XVIII. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 7, n. 16, 2010.

SOARES, Márcio de Sousa. Pretos e pardos na fronteira do Império: hierarquias e mobilidade social de libertos na capitania de Goiás (século XVIII). **IV SEMINÁRIO DE PESQUISA DO ESR. Universidade Federal Fluminense–Polo Universitário Campos dos Goytacases**, p. 1-17, 2011.

TOSTES, Ana Paula Cabral. Um olhar social sobre o século XVIII: os significados da categoria pardo numa sociedade de Antigo Regime. In: **XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio, 2010, Rio de Janeiro. Memória e Patrimônio**, 2010.



V Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. **Revista Tempo**, v. 8, p. 03-12, 1999.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás